

A comunicação no combate à violência: encontros e vivências em Guiné-Bissau

Adilson Vaz Cabral Filho*

Resumo

Este artigo analisa o desenvolvimento das rádios comunitárias em Guiné-Bissau, tendo como pano de fundo as colaborações multilaterais crescentes entre Brasil e África no âmbito institucional, presentes em vários setores, mas por demais incipientes no campo da radiodifusão comunitária, no qual se encontram diferenças notórias e semelhanças surpreendentes, relacionadas não só a aspectos econômicos e políticos, mas também sócio-culturais. O artigo se baseia em textos e documentos que refletem tanto a perspectiva de reconstrução democrática de Guiné-Bissau, quanto o desenvolvimento de uma política pública de radiodifusão comunitária pautada na disposição democrática da sociedade daquele país, explicitada na organização da I Conferência Internacional sobre a Violência baseada no Gênero e na Criança, da qual o autor teve a honra de participar como convidado para a realização de uma oficina sobre o tema.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; África; rádios comunitárias; políticas de comunicação; comunicação comunitária

a Guiné-Bissau não parte de zero,
mas de suas fontes culturais e históricas,
de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo,
que a violência colonialista não pôde matar.

(FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau*)

1. Histórico

A Guiné-Bissau é um país de pequenas dimensões, situado a oeste da África, fazendo fronteira com Senegal e Guiné-Conacri. Com população estimada em 1,2 milhão de habitantes e um território de 36 125 quilômetros quadrados, suas línguas mais faladas são o português e o creole, além de diversos dialetos locais. Teve sua independência declarada em 24 de setembro de 1973 e somente foi reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974.

* Universidade Federal Fluminense e Coordenador do EMERGE – Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência. acabral@comunicacao.pro.br

É presidida desde 2004 por João Bernardo “Nino” Vieira, que foi anteriormente deposto num golpe militar em 1998, que originou uma guerra civil culminada em 2000, com a eleição de Kumba Yalá. Este foi preso em 2003, dando seqüência à eleição de Nino Vieira, somente em 2004, após várias tentativas frustradas de eleições presidenciais e ainda sob fortes protestos e questionamentos por parte da oposição. Recentemente os dois principais partidos do país: o PAIGC (Partido Africano pela independência da Guiné e Cabo Verde), de Nino Vieira, e o PRS (Partido da Renovação Social), de Kumba Yalá, buscaram promover uma conciliação.

Este clima de instabilidade coloca as rádios comunitárias existentes no país numa situação de constante atenção e impasse em relação à postura diante do processo de redemocratização do país, face à necessidade de consolidação dos ideais democráticos em torno da sociedade guineense e de suas instituições.

Atualmente fazem parte do Portal da RENARC (Rede Nacional de Rádio Comunitárias), disponibilizado no *site* <http://www.adbissau.org/renarc/index.htm>, 23 rádios comunitárias que disponibilizam seus dados institucionais, compondo assim um quadro do desenvolvimento do setor no país. A liberdade de expressão é garantida por lei e não há repressão ao funcionamento das rádios, mas diversas tentativas de repreensão foram registradas desde a atual posse de Nino Vieira.

Conforme depreende-se de seu estatuto, a RENARC é uma organização nacional não governamental, não lucrativa, apartidária e não religiosa, que procura contribuir para o desenvolvimento do movimento de emissão da rádio comunitária na Guiné-Bissau, favorecendo a coordenação, cooperação e intercâmbio e promoção de emissores da rádio comunitária. Ainda para a entidade,

“o termo ‘emissor da rádio comunitária’ significa um emissor da rádio comunitária não lucrativo, que oferece um serviço à comunidade na qual se encontra inserida ou à qual serve, enquanto promove a expressão e a participação da comunidade (ESTATUTO ...).”

Recentemente, em 2006, realizou-se o 1.º Festival das Rádios Comunitárias – Ondas da Cidadania, de 14 a 20 de março de 2006, reunindo participantes de vários países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, dentre os quais o Brasil, representados por Marcus Aurélio de Carvalho, da UNIRR (União e Inclusão em Redes de Rádio), e Denise Viola, do CEMINA, coordenadora do Programa Fala Mulher.

O festival possibilitou a troca de experiência entre as rádios no processo de descentralização e desenvolvimento e sustentabilidade financeira, contando com dois especialistas por cada estação. Segundo Ladislau Robalo, radialista comunitário de longa experiência e reconhecimento na região e um dos organizadores do Festival, as rádios de Guiné-Bissau, em “franca expansão”, alcançam hoje uma população de cerca de 700 mil pessoas. Dessa forma, o Festival se constituiu como um marco na capacidade de demonstração de forças que as rádios comunitárias representam no país, podendo envolver a formulação de conteúdos e processos de gestão visando o fortalecimento e a expansão de suas atividades.

2. O combate à violência em Guiné-Bissau

A I Conferência Internacional sobre a Violência no Gênero e na Criança, realizada na cidade de Bissau, de 22 a 24 de Novembro de 2005, contou com o apoio de ONG e agências de fomento como o SNV, a ICCO, a ACTION AID, o IMC/UNFPA, a SWISS AID, ISS/AFRICA DE SUL e PNUD, proporcionando uma profunda e exaustiva reflexão sobre a violência baseada no sexo e no gênero e problemas conexos como as infecções sexualmente transmissíveis e a problemática da epidemia do vírus da imunodeficiência adquirida, convencionalmente conhecida pela sigla VIH/SIDA.

A pertinência de sua temática central se acentua no momento histórico que o país está vivendo, de reação da sociedade frente às contínuas ondas de instabilidade que vive o país e de busca de consolidação dos meios de comunicação num regime que se pretende democrático. Dessa forma é que a Comunicação é contextualizada dentre outros temas relevantes para a compreensão dos problemas a serem enfrentados e do planejamento de medidas a serem tomadas pelas redes de combate à violência e baseadas na afirmação dos direitos humanos em Bissau.

A promotora da Conferência foi a ONG RENLUV-GC/GB – Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Gênero e na Criança, de Guiné-Bissau, como promotora de ações de sensibilização, denúncia, capacitação, informação, prevenção, proteção e monitoramento na área, visando contribuir na redução e no combate à violência sexual, física, econômica e psicológica, ao abuso de poder e ao assédio sexual sobre o Gênero.

Estiveram presentes cerca de 150 pessoas de várias organizações que fazem parte da RENLUV, de ambos os sexos e idades compreendidas entre 18 e 62 anos, oriundos das oito regiões e do Setor Autônomo de Bissau. Também estiveram presentes outras organizações de diversas regiões do país, que assistiram a apresentações de representantes do governo de Guiné-Bissau e de redes como a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – e a CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental que se mostraram preocupados com a situação do país e da região e se dispuseram a apoiar a atuação da RENLUV. Da oficina de comunicação comunitária especificamente participaram integrantes de quatro rádios nacionais, dois de regionais e cinco de comunitárias locais.

Ao final da conferência, no dia 25 de novembro, foi realizada uma marcha pelo Dia Internacional de luta contra a violência na mulher, que passou pelas principais ruas de Bissau, pela sede da Presidência da República e do Ministério da Justiça, sendo recebida pelos respectivos representantes.

A Conferência contou com cinco painéis sobre direitos da mulher, direitos das crianças, proteção às vítimas, para-militares e comunicação, com a presença de convidados estrangeiros de países ligados à CPLP: de Moçambique, uma representante da Delegacia de Mulheres ligada ao Ministério do Interior da cidade, de Senegal, uma ativista de um Comitê pela Paz situado em Casamanche, uma região em conflito pela independência de Senegal desde 1982, além de uma representante de Portugal que chegou a trabalhar em Guiné-Bissau por vários anos.

3. O papel das rádios comunitárias

O painel sobre a comunicação contou com a participação de vários jornalistas locais, participantes de uma rádio estatal, uma rádio privada, um jornal impresso, uma agência de notícias e diversas rádios comunitárias integrantes da RENARC, que anteriormente já havia contado com a capacitação da União Nacional de Redes Radiofônicas (UNIRR) e hoje já rende frutos do trabalho empreendido, tendo um projeto de expansão para 23 emissoras, apoiado pela Radio Netherlands, da Holanda. Também havia poucos representantes de organizações sociais no painel, que desenvolviam ou estavam interessados no desenvolvimento de trabalhos em comunicação.

Os participantes do painel falavam entre si em creole, principalmente para debater a política local, seus problemas e apreensões. Para possibilitar a interação com o oficinairo e contribuir nos resultados da própria oficina, tinham a gentileza de traduzir suas conversas para o português. Em relação à comunicação em Bissau, suas maiores preocupações se voltavam para problemas de estrutura, a necessidade de uma regulação mais compatível com o papel da comunicação no país e a formação de uma rede de jornalistas capaz de interagir com redes de organizações sociais, como a própria RENLUV-GC.

Contando com homens em sua maioria, os trabalhos desenvolvidos evidenciaram a necessidade de incentivar a formação de mulheres comunicadoras e aproximar os meios de comunicação das comunidades, através das escolas, das famílias e centros comunitários, que estão, inclusive, no plano de ação imediata da RENLUV. Até porque as mulheres passam a ser principais e fundamentais protagonistas num processo de transformação de uma sociedade que começa a reagir e protestar severamente contra casos hediondos de assassinatos; torturas por espancamentos; cortes e queimaduras provocados em menores; estupro, violações sistemáticas de meninas órfãs, grosseiramente assediadas, agredidas e brutalmente violadas, assassinatos encomendados. Além disso, passa-se a questionar a castração de menores do sexo feminino, rito sócio-cultural religiosamente estabelecido pelas tradições locais relacionadas ao Islã e assumidas como supervenientes, não constando nem mesmo como proibição na Lei máxima que rege o país.

4. Temas debatidos e comunicação

Vários foram os temas mobilizadores dos debates entre os participantes da oficina, muitos deles já com experiência no meio, dispostos a interagir e, superada a animosidade inicial, também a colocar na mesa suas dificuldades de efetivação do trabalho comunitário a partir de seus projetos e programas radiofônicos.

Muito do espírito que vem se consolidando no âmbito da RENARC ao longo desses anos foi também trabalhado no contexto da oficina, buscando compreender a importância de contar com a comunidade para o fortalecimento das próprias experiências. A RENARC como organização busca promover a concorrência entre seus

membros, estimulando a qualidade e o mérito de seus trabalhos. Ao mesmo tempo, incentiva a cooperação, no sentido de reforçar laços de parceria, pautando-se na solidariedade, que reforça a união entre os membros. Ao contrário do que possa parecer e tal como possa ser assimilado no Brasil, a concorrência habita com a solidariedade e a cooperação, na medida em que as experiências não se repetem nem se replicam, mas são construídas na busca de soluções criativas e originais para mobilizar as pessoas numa dada comunidade.

Dessa forma, o aproveitamento de diferentes abordagens para os temas que são essenciais favorece a mobilização de famílias, que não só se colocam como ouvintes, mas potencialmente produtores dos programas e gestores da rádio, tal qual a disposição de seus empreendedores para com essa socialização. Dessa forma, o trabalho da RENARC não se limita somente a fomentar a interação entre as rádios, mas das rádios de um modo geral com a sociedade guineense.

O trabalho em rede potencializa também o compartilhamento das experiências, dificuldades e soluções, facilitando a comunicação, o acesso a informação e o conhecimento. Nesse contexto, a compreensão de abordagens possíveis, relacionadas ao tema da violência baseada no gênero e a criança, significa poder construir e fortalecer processos organizados de baixo para cima e de forma adaptativa, remetendo ao conceito de emergência elaborado por Steven Johnson e trabalhado ao longo da oficina.

Para o autor, “a informação local pode levar à sabedoria global, gerando maior interação entre vizinhos e permitindo a resolução de problemas e o ajuste com mais eficiência”. Dessa forma, o entendimento de que se aprende em solidariedade e cooperação não leva necessariamente à reprodução automática e mecânica das experiências, mas à dimensão plena da conscientização dos problemas nos moldes do proposto por Paulo Freire, a partir de sua visita à Guiné-Bissau: “ser consciente (...) é a forma radical de ser dos seres humanos, enquanto seres que não apenas conhecem, mas sabem que conhecem”.

A oficina teve, portanto, o propósito de potencializar atores sociais para usar meios e desenvolver processos de comunicação no combate à violência, proporcionando não só a leitura como também a escrita crítica da comunicação, compreendendo as dimensões locais e regionais. Partiu de um primeiro momento de encontro, no qual puderam expor quem eram, no que atuam e o que esperam de seus trabalhos como ativistas comunitários de rádio. Posteriormente tratou-se de consensuar o que poderia ser feito em termos de processos e produtos comunicacionais no âmbito da oficina, explanando algumas experiências brasileiras na área principal da Conferência.

Para compreender o que poderia ser um trabalho de valorização da auto-estima e resgate cultural de um povo no âmbito da atuação de cada iniciativa, respeitando os diferentes contextos, foi necessária a descrição, por parte deles, de como se configura a mídia em Guiné-Bissau: Quantos veículos? Quem os controla? Qual o alcance? Qual a influência? Qual o envolvimento da população com estes? Como se dá a democratização do acesso, do controle, da gestão e da produção em Guiné Bissau? Em relação às rádios comunitárias, buscou-se questionar qual o respaldo/ legitimação junto à socie-

dade/ às organizações sociais que as iniciativas tinham. E, diante disso, o que caberia transformar e/ou intensificar?

Buscou-se compreender a força dos sujeitos sociais, tais como família, escola, grupos, movimentos, na construção e no fortalecimento das rádios, visto que a continuidade e a afirmação dos trabalhos se dão pelo envolvimento de uma sociedade que reivindica democracia e, por consequência, se apropria da comunicação.

Esta primeira conversa em forma de apresentação possibilitou a expressão dos participantes acerca de seu país, angústias e insatisfações. Suas demandas foram explicitadas e cruzadas entre si, proporcionando um reflexo do potencial de manifestações culturais que o país ensaia externar, bem como favorecendo o debate em torno de conceitos relacionados à dinâmica de trabalho na comunicação comunitária.

Mesmo diante de um país a reconstruir, cabe aos habitantes de Guiné-Bissau, a partir do trabalho a ser consolidado nas práticas e experiências comunitárias que fomentam, compreender que a afirmação do direito humano à comunicação passa pelo entendimento de que são as pessoas os verdadeiros agentes das práticas e das leis que instituem a democratização dos meios de comunicação.

O papel da comunicação numa sociedade democrática passa a ser, portanto, o de proporcionar um ambiente solidário no qual as pessoas sejam estimuladas a se envolver e participar partindo de seus referenciais e proporcionando uma consciência coletiva a respeito das questões a serem trabalhadas. Parte desse processo é o que se entende por apropriação social das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

A apropriação das TIC no âmbito social proporciona um diferencial de qualidade nesse processo, agregando experiências das mais diversas e proporcionando uma formação de bases mais sólidas, voltadas para a afirmação da comunicação democrática.

Uma primeira característica da apropriação social das TIC é que, sendo uma atividade de grupo ou mesmo coletiva, sua proposta não está relacionada à da propriedade, ou ainda, à idéia de se apropriar das TIC em benefício próprio, para levar vantagem ou se diferenciar do restante do coletivo, tornando-se especial ou mais capaz. Este entendimento do processo de aprendizagem, bem como do próprio acesso ao conhecimento necessário para um melhor aproveitamento das tecnologias disponibilizadas, vai no sentido contrário à própria idéia de um trabalho não alienado e colaborativo que, nos dizeres de Holloway (2003, p. 48), exprime nossa capacidade de fazer como um entrelaçamento de nossa atividade com a atividade anterior ou atual de outros, ou ainda, como resultado do fazer dos outros.

Apropriar-se, além de reconhecer co-participação, implica em conscientização a respeito das possibilidades e necessidades de uso. Trata-se, portanto, muito mais do que de uma mudança de bandeira ou de foco, mas da afirmação de valores democratizantes num processo comunicacional na relação de indivíduos com as tecnologias, através da utilização de recursos e serviços, bem como de indivíduos e grupos entre si, pautados na co-participação e na consciência a respeito de possibilidades e necessidades de uso, partindo da diversidade de produtores e atores nas iniciativas existentes e a se constituir, envolvendo também a população em geral.

A comunicação nesse início de século passa a ser incorporada como componente central dos movimentos sociais em todo o mundo, constituída a partir de valores como a pluralidade no cotidiano das ações dos movimentos, a participação na capacidade real de envolvimento das pessoas no processo de produção, a horizontalidade, visando a eliminação de níveis hierárquicos, de concentração de poder ou mesmo de conhecimento, a dialogicidade, pela promoção do conhecimento a partir da informação compartilhada, a que todos têm acesso e, por fim, a interatividade, na preocupação com o nivelamento de informações e de capacidades de atuação, compreendendo a capacidade de sustentação de bandeiras de luta a se reivindicar e de novas e diferentes experiências a serem implementadas, dada a plena consciência do papel dos atores sociais nesse contexto.

O desafio que se coloca é o de chamar a atenção para questões vitais no campo da comunicação para a transformação da sociedade, a fim de conquistar uma atuação efetivamente qualificada e participante. Para as organizações da sociedade civil, a comunicação carece de um uso estratégico capaz de envolver pessoas, grupos e comunidades, revitalizando prática e processos em suas atividades cotidianas, reivindicando demandas sociais nos espaços cabíveis. Dessa forma, fazer valer a comunicação nos processos emergentes em Bissau resulta na necessidade de construção da identidade de uma idéia, na produção de uma cultura que a consolide e na socialização de um saber que a sustente. E, nesse sentido, cabe compreender o importante papel que as rádios comunitárias têm a desempenhar em Guiné-Bissau.

5. Os desafios das rádios comunitárias

Muitas das questões levantadas e aprofundadas já estavam sendo germinadas no processo de fortalecimento e expansão da RENARC, vindo à tona no ano seguinte, durante a realização do Encontro das Rádios Comunitárias associadas à RENARC, manifestada no documento final resultante dos debates dos participantes:

- começam agora a surgir as primeiras tentativas de implicação da comunidade na gestão das Rádios, na sua participação nas estruturas de decisão e na escolha das suas direções;
- o sucesso do processo assenta na capacidade de se caminhar para uma apropriação gradual por parte da comunidade local e não de entrega intempestiva e com data pré-estabelecida;
- o mais importante é o envolvimento da comunidade, segundo o seu próprio ritmo e estimulando aqui e ali com incentivos e inovações.

Debateram-se igualmente as formas de participação comunitária, através de: clube de ouvintes constituídos de forma organizada pelos jovens mais interessados pela rádio, que têm um acesso fácil e regular à direção da rádio para apresentar sugestões e fazer observações sobre os programas e o seu funcionamento; grupos de voluntários que apóiam na recolha de notícias, fornecem apoio à administração e contribuem na

elaboração de políticas, além de fóruns livres que se realizam regularmente (trimestralmente) onde se discutem informalmente as atividades e programas da Rádio.

Dado o nível de organização e de atuação conjunta dos dirigentes das rádios e participantes em geral, percebeu-se na oficina que uma questão a ser enfrentada para breve e que o próprio Encontro contribuiu para evidenciar diz respeito à profissionalização no sentido técnico do termo, capaz de gerar distanciamentos entre radialistas e a população, mas foi bastante significativo perceber que muito se avançou desde a oficina de 2005 para cá e muito caminho se tem a percorrer, guardados os devidos desafios e objetivos a perseguir e obstáculos a serem desviados.

6. Semelhanças e diferenças

A ABRACO (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária) é quem reúne diversas emissoras de rádio comunitária no Brasil, buscando a efetivação do setor a partir de uma lei mais justa capaz de regular a atividade, fomentando-a e proporcionando a construção de processos transparentes na concessão de outorgas por parte do poder público.

Foi fundada em 1996, durante o II Encontro Nacional de Rádios Comunitárias, devido à necessidade de uma articulação das rádios para priorizar lutas comuns em todo o país. Essa visibilidade nacional do movimento de rádios comunitárias passa da simples experimentação para a organização das experiências: pensar formato, linguagem, programação, participação da comunidade são temas de um cardápio mais amplo que começa a ser inserido numa lógica mais profissional que experimental, mais organizada que aleatória, mais competitiva do que agregadora.

Mas, ao contrário de outros setores do movimento popular, a confusão entre identidades afetou diretamente a constituição da forma organizada destes ativistas. Existem distintas motivações e projetos nas rádios comunitárias que levam a não menos diferentes iniciativas e articulações. A heterogeneidade é positiva, mas a falta de objetivo estratégico gera a profusão de posições mescladas.

Ou seja, a concorrência acaba acontecendo não como política da organização disseminada às iniciativas que a constitui, mas como decorrência da heterogeneidade e da ausência de um projeto coletivo comum. Não existe, embora seja uma das preocupações fortes no campo da linguagem e da produção de conteúdo, um levantamento de informações acerca da inventividade de seus produtores, programadores, nem mesmo das contribuições de linguagens capazes de expressar diversas regiões, localidades e povos de um país com dimensões continentais como o Brasil.

É certo que a luta contra a repressão por parte da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) limita a realização de ações em outros campos que não o jurídico e o de segurança dos radialistas. A ANATEL age na repressão ao funcionamento de rádios comunitárias não legalizadas ou inviabiliza a continuidade de funcionamento de rádios comunitárias legalizadas através de multas indevidas ou mesmo a apreensão

de equipamentos e até mesmo integrantes das rádios a partir de ações abusivas, coordenadas pelas Delegacias de Polícia Federal nos estados.

No entanto, o debate sobre caminhos estéticos diferenciados, que pode inclusive derivar em Festivais como o “Ondas da Cidadania”, pode ser capaz de motivar não só produtores no sentido de aprimorar seus programas e atrações, como também a sociedade, que pode vir a legitimar essas iniciativas. A cooperação existente é sim capaz de reforçar laços de parceria, com base na solidariedade, reforçada na união entre os membros. Entretanto, existe uma grande tensão na forma como a entidade deve se posicionar diante da política governamental para o setor: entre o fortalecimento e, até mesmo, o enfrentamento popular e uma via mais institucional, com um viés de expectativa na política governamental de um segundo e último mandato de Lula.

7. Integração Brasil – CPLP – África

Lula foi o primeiro presidente do Brasil a visitar o país, tendo ido recentemente com o Ministro Gilberto Gil numa rápida visita à capital. Entretanto, a relação do Brasil com este e outros países no contexto da CPLP se mostra cada vez mais necessária tanto no enfrentamento dos problemas que temos em comum, como a violência contra a mulher no contexto familiar e de trabalho, como no apoio à superação de problemas específicos, como a mutilação genital de 40% das mulheres a partir de um ritual de iniciação à fase adulta com base em crenças e tradições locais.

Projetos no âmbito da educação e da saúde estão sendo desenvolvidos e estão sendo mobilizados trabalhadores em diversas áreas do conhecimento para implementar iniciativas que intensifiquem a integração entre o Brasil e o continente africano. Um desses projetos defendidos recentemente foi o de cooperação no campo da educação com o Timor Leste, no qual foram enviados professores ao país para trabalhar pelo período de um ano ganhando o equivalente a uma bolsa de Doutorado.

Em fevereiro de 2007, o Brasil realiza uma comissão de cooperação com a participação de técnicos do Ministério da Educação, visando discutir a viabilidade de uma série de acordos nas áreas de formação de professores e ensino tecnológico, implantar o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), desenvolvido no Brasil desde 1999, além de qualificar o corpo docente da Universidade Amílcar Cabral e desenvolver um curso técnico em processamento de caju.

Previsto para acontecer no período entre 2007 e 2011, o acordo no campo educacional prevê o envio de professores e pesquisadores por parte da CAPES à Guiné-Bissau, com a missão de qualificar o quadro de professores da Universidade Amílcar Cabral em diversas áreas de planejamento urbano, pedagogia, economia e matemática, estatística, políticas públicas, gestão financeira, informática e educação física. Após a assinatura do acordo, serão distribuídas até 12 bolsas para o primeiro ano, por meio de seleção pública, a ser divulgada por edital ainda este ano. Cada bolsista passará de cinco a dez meses no país africano. Os valores das bolsas ainda não foram definidos.

A UNE, por sua vez, realiza este ano sua 5.^a Bienal de Arte, Ciência e Cultura, debatendo o tema “Brasil-África: um Rio chamado Atlântico”, inspirado na obra do diplomata e ex-presidente da Academia Brasileira Letras (ABL), Alberto da Costa e Silva. Diversas manifestações culturais serão apresentadas, a partir das quais os participantes poderão conhecer um pouco mais sobre a influência da cultura africana na realidade da sociedade brasileira, refletindo sobre seu papel na sociedade contemporânea. Serão homenageadas duas das mais importantes figuras negras da cultura nacional: o ex-senador, professor e militante do movimento negro Abdias Nascimento; e o cineasta, roteirista e produtor Zózimo Bubull. Além disso, diversas personalidades da cultura africana estarão presentes para debater a influência da cultura africana no Brasil.

Tais iniciativas no campo governamental mostram o quanto é possível ser feito não somente como retribuição brasileira à cultura africana, mas contribuindo para que aquela região se fortaleça na busca de soluções autônomas e soberanas que restituam suas riquezas naturais e sociais. A iniciativa de RENLUV-GC buscando articular representantes de diversos países da CPLP é um sinal de que existe uma via de mão dupla a ser trafegada, na qual o Brasil representa um grande papel, percebido por importantes Redes de Direitos Humanos no país e em integração com todos os países de língua portuguesa, como a Rede Lusófona, da qual fazem parte organizações de Angola, Cabo Verde e do Estado do Rio Grande do Norte, pelo Brasil. Seu intuito é o de promover ações comuns e uma troca permanente de informações e experiências, engajadas na promoção, defesa e garantia efetiva de todos os direitos da pessoa de todas as cidadãs e os cidadãos, contando com quatro grandes eixos norteadores: Educação em Direitos Humanos, Comunicação, Arte e Cultura e Memória Histórica. Desse relacionamento é que se fortalece a dimensão da contribuição das rádios comunitárias para o fortalecimento dos direitos humanos e do entendimento da comunicação como direito humano fundamental, componente cada vez mais determinante da necessidade de garantia de outros direitos.

8. O que é possível construir/desenvolver

Pretende-se, nessa trajetória, buscar uma união de esforços que não seja pautada pela mercantilização, mas pela solidariedade e respeito mútuo entre realizadores e fortalecedores dessas experiências. União esta que constantemente se forma no contexto de iniciativas como a I Conferência Internacional sobre a Violência baseada no Gênero e na Criança, realizada pela RENLUV-GC, mas que precisa ainda atravessar muitos oceanos no intuito de se construir políticas públicas pelas quais se pautam países que se pretendam bem intencionados.

A Comunicação, por suas características intrínsecas, tem muito a contribuir nesse contexto, cabendo-lhe, para além de reerguer a disposição de um povo guerreiro, constituir processos e produtos nos quais os guineenses possam expressar aquilo que Amílcar Cabral definiu como luta de libertação:

“A luta de libertação, que é a expressão mais complexa do vigor cultural do povo, de sua identidade e de sua dignidade, enriquece a cultura e lhe abre novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais adquirem um conteúdo novo e novas formas de expressão. Tornam-se assim um instrumento poderoso de informação e de formação política, não somente na luta pela independência mas ainda na batalha maior pelo progresso.” (Cabral *apud* Freire, 1978)

Referências bibliográficas

- 5.ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE (2007). Disponível em <http://www.une.org.br/bienal>. Acesso em 29/01/2007.
- Cabral, A. (2007a). *A agenda política da comunicação: construindo pontes entre organizações sociais e acadêmicas*. Disponível em http://www.comunicacao.pro.br/uff/adilsoncabral_agendapolitica_ALAIC2006.doc. Acesso em 11/09/2007.
- Cabral, A. (2007b). *A emergência nos processos comunicacionais: um paradigma entre a política e a expressão popular*. Disponível em http://www.comunicacao.pro.br/uff/adilson2006_fsamcomposica.doc. Acesso em 01/09/2007.
- Cardoso, C. (2007). *Os Desafios da Transição política na Guiné-Bissau*. Disponível em <http://www.didinho.org/osdesafiosdatransicaopoliticanaguinebissau.htm>. Acesso em 29/01/2007.
- Casimiro, F. (2007). *A balantização ou o fomentar inconsciente do tribalismo na Guiné-Bissau*. Disponível em <http://didinho.no.sapo.pt/balantizacao.html>. Acesso em 28/01/2007.
- Experiência brasileira estimula a educação na Guiné-Bissau* (2007). Publicado em 25/01/2007. Disponível em http://www.capes.gov.br/servicos/salaimpresa/noticias/noticia_0560.html. Acesso em 27/01/2007.
- IX ENCONTRO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA GUINÉ-BISSAU. ACTA DO ENCONTRO (2007). Disponível em http://www.adbissau.org/adbissau/temasnaordemdodia/festivalderadios/AD_1EncontroRadiosActaEncontroVarela.pdf. Acesso em 29/01/2007.
- Freire, P. (1978) *Cartas a Guiné Bissau – Registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.